



Desempenho Econômico e a Consolidação da Democracia

Um estudo comparativo dos casos Brasil,
Uruguai, Espanha e Finlândia

Jéssica da Silva Duarte

Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais

Universidade de São Paulo, Brasil

NUPRI-USP

Sobre a autora:

Pós-doutoranda em Ciência Política pela UFPE. Colaboradora do World Values Survey Brasil (WVS). Pesquisadora Laberp/Fundaj. Pesquisa nas áreas de Cultura Política, metodologia e suas aplicações ao conservadorismo.

Editor: Daniel Oppermann



Licença Creative Commons
Atribuição + NãoComercial + SemDerivações
Essa publicação possui a licença Creative
Commons CC-BY-NC-ND. Ela pode ser
compartilhada por qualquer indivíduo.
Somente sem fins lucrativos.

Os argumentos e opiniões presentes neste Working Paper, assim como os gráficos, imagens, citações e referências são de exclusiva responsabilidade dos autores e não representam o pensamento dos editores, do NUPRI ou da Universidade de São Paulo.



Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais
Universidade de São Paulo
Rua do Anfitheatro 181
Colméia Favo 7
Cidade Universitária
05508-060
São Paulo, SP
Brasil

<https://www.nupri.com.br>
<https://nupri.prp.usp.br>

Resumo

O presente artigo tem por objetivo examinar se há alguma relação entre situação econômica e valores democráticos. Na segunda metade do século XX aconteceram a segunda e terceira ondas democráticas, no final deste mesmo século e início do século seguinte, muitos países sofreram o impacto de crises econômicas e de queda da satisfação com a democracia e da confiança em suas instituições. Desse modo, para observar de que maneira a cultura política se comporta diante das flutuações econômicas, são verificados os casos do Brasil, Uruguai, Espanha e Finlândia, propondo-se uma análise de dados econômicos do Banco Mundial – desemprego, inflação, PIB per capita, PIB crescimento anual, Índice de GINI – e do PNUD – Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) – em comparação com indicadores de atitudes democráticas, como satisfação e confiança institucional, do Latino e Eurobarômetro desde 1995, para tentar descobrir se há similaridade de comportamento entre as duas dimensões nestes países.

Palavras-chave: Democracia; Cultura; Economia; Consolidação democrática; Desenvolvimento

Introdução

Durante a segunda metade do século XX muitos países fizeram transições de regimes autoritários para democracias, formando o que Huntington (1994) denominou como segunda e terceira ondas de democratização. Com isso, surgiu uma grande preocupação por parte dos cientistas políticos em analisar as condições para o estabelecimento e consolidação do regime democrático, tornando centrais variáveis como a confiança política e a satisfação com o regime.

Com efeito, após a formulação de condições mais formais e procedimentais para o estabelecimento de uma democracia (Schumpeter 1984; Dahl 1997), os indicadores de confiança, satisfação com o regime e valores democráticos foram definidos como basilares para a construção de uma democracia de qualidade, visto que eles tendem a refletir a eficácia dos parâmetros institucionais do regime (Almond e Verba 1965; Baquero 2013). Conforme Morlino (2009), a satisfação com o regime é um componente muito importante à estabilidade e consolidação da democracia. Moisés (2010) afirma que uma democracia efetiva depende, fundamentalmente, da percepção e dos níveis de confiança e apoio dos cidadãos para com o funcionamento das instituições. Os estudiosos da área buscaram, então, mapear quais fatores poderiam fortalecer ou enfraquecer essas atitudes democráticas. Autores como Lipset (1959), Inglehart (2003) e Morlino (2009) deram enfoque ao impacto que a conjuntura econômica relacionada à estrutura social tem sobre as percepções que as pessoas adquirem em relação à democracia e suas instituições políticas. Seguindo o questionamento sobre o impacto de fatores estruturais na consolidação democrática, o presente artigo busca examinar se – como sugere parte da literatura (Inglehart 2003; Lipset 1959; Morlino 2009) – existe um comportamento análogo entre a situação econômica e a percepção sobre o regime democrático.

Com isso, o problema de pesquisa proposto é: existe um padrão de comportamento dos cidadãos em relação à democracia e suas instituições de acordo com diferentes situações econômicas em distintos contextos? Deste modo, o objetivo geral desta pesquisa é avaliar se o desempenho das instituições e atores políticos no que diz respeito à gestão da economia, tem similaridade com o comportamento das atitudes democráticas – mesmo em contextos culturais diferentes. A hipótese central a ser averiguada é: as atitudes e valores democráticos apresentam um comportamento análogo ao do desempenho econômico dos países; isto é, em momentos

de desenvolvimento econômico a avaliação que as pessoas fazem da democracia é positiva, e, em contrapartida, quando a economia passa por momentos de maior estagnação ou crise, estes indicadores de percepção também sofrem um impacto negativo.

Dentro deste quadro, foram escolhidos quatro casos a serem comparados: Brasil, Uruguai, Espanha e Finlândia. Os quatro países passaram períodos de crescimento e de crise econômica nas últimas décadas; porém no que diz respeito à consolidação da democracia, Uruguai e Finlândia possuem maior estabilidade do regime e de valores democráticos, com regimes mais antigos e enraizados, ao passo que Brasil e Espanha apresentam democratizações relativamente recentes, maiores índices de corrupção e menor solidificação dos valores democráticos.

Para observar de que maneira os cidadãos destes países se comportam diante das flutuações de índices econômicos, propõe-se uma análise de dados econômicos do Banco Mundial – no que diz respeito ao desemprego, inflação, PIB per capita, PIB crescimento anual, Índice de GINI e IDH (PNUD) – em comparação com indicadores de atitudes democráticas, como satisfação e confiança nas instituições públicas, do Latino e Eurobarômetro, para tentar descobrir se há, de fato, variações análogas numa e noutra dimensão, isto é avaliar se elas apresentam algum padrão de variação concomitante.

O texto divide-se em três partes principais: primeiramente, é destacada a argumentação teórica para a definição e explicação dos conceitos utilizados; em seguida, parte-se para a análise dos dados culturais em conjunto com os dados econômicos para observar se as duas variáveis se comportam de maneira similar ao longo do tempo, avaliando se a variação ou estabilização se manifestam da mesma maneira nas duas dimensões. Por fim, apresentam-se os resultados e possíveis inferências do estudo.

Desenvolvimento econômico, cultura política e consolidação democrática

A importância do estabelecimento de democracias consolidadas pelo mundo é defendida por autores como Almond e Verba (1965) e O'Donnell (2011), por se tratar de um regime político que oferece ao cidadão a capacidade de fazer parte do processo decisório, reconhecendo o ser humano como um agente político, dotando-o de direitos à cidadania

política e civil. Devido a estes fatores, a democracia, assim como nesta investigação, se tornou objeto de preocupação e estudo no campo acadêmico.

Lipset (1959) afirma que para além dos fatores procedimentais que estabelecem uma democracia, a sua sobrevivência depende fortemente da legitimidade que consegue estabelecer perante a sociedade. Almond e Verba (1965) afirmam que a consolidação de uma democracia de fato estaria condicionada à existência de uma cultura política democrática. Conforme Easton (1965), a legitimidade societal é um componente muito importante à estabilidade e consolidação de um regime. Com efeito, estes parâmetros são tidos como cerne da definição de uma democracia efetiva, pois medem a eficácia real dos parâmetros institucionais de um Estado democrático (Morlino 2009; Moisés 2010; Baquero 2013).

Ainda no que se refere à relação entre desenvolvimento econômico e desenvolvimento democrático, Lipset (1967) afirma que o grau de modernização de um Estado está diretamente ligado ao nível de democratização do mesmo, sendo assim, quanto mais próspero economicamente for um país, maiores serão as chances de que a democracia se consolide.

Dalton (2007) afirma que apesar de não ser possível comprovar que há uma relação causal forte ou direta entre o desempenho econômico e as crises de representação, a economia tem impactos sobre a confiança da população, em especial para com o governo, pois ele é o principal avaliado e responsabilizado em caso de ineficiência na gestão.

Contextualização dos casos estudados

O caso brasileiro

O Brasil, por seu desenho constitucional, é um Estado democrático no que concerne aos quesitos de participação e competição determinados por Dahl (1997). No entanto, este Estado democrático apresenta fissuras causadas pela descendência de um modelo patrimonialista, por um longo período de ditaduras, mas, principalmente, por iniquidades sociais persistentes que impedem parcelas significativas da população de acessar bens necessários para a sobrevivência (O'Donnell 2011). Autores como Sérgio Buarque de Holanda (2007) e Raymundo Faoro (2021), embora caracterizem a sociedade brasileira de formas distintas, argumentam que a tradição sociocultural do país é um fator de grande influência na organização social atual e mesmo no

sistema político contemporâneo. Para ambos os autores, a “herança cultural” do país determina fortemente o comportamento dos sujeitos e a forma como se organizam. O modelo brasileiro patrimonial tradicional é explicado, também, por Schwartzman (1988), que explica que os padrões de relacionamento entre o Estado e a sociedade passam por uma estrutura burocrática pesada, porém ineficiente; os que comandam a estrutura burocrática tornam-se “déspotas” e a sociedade cada vez menos representada. Para os três autores, o quadro político brasileiro implica em um Estado no qual as relações pessoais têm mais valor que as leis.

Diante desse panorama em que os poderes econômico e político centralizam-se em uma elite antidemocrática, gerou-se uma cultura política personalista e uma cidadania quase ausente (Baquero 2008). Acompanhando o contexto latino-americano, o Brasil viveu de 1964 a 1984 um período de ditadura militar. Outrossim, a instauração do regime militar pode ser compreendida como uma ação com o objetivo de ratificar a dominação do Estado sobre a sociedade, mantendo-a sob controle das elites no poder e estabelecendo canais específicos de representação (Riz 1986). Deste modo, se reforçava o modelo de cidadania pautada pelo Estado construído no país, cujas principais marcas são a apatia e o afastamento da população em relação à política (Carvalho 1996).

Sobre o período da transição democrática, José Álvaro Moisés (1995) afirma que, apesar de ter havido a participação cívica, o processo foi caracterizado pelo controle dos detentores do poder. A democratização brasileira foi longa, marcada por negociações entre a elite e a oposição, e teve como pontapé inicial o governo de Geisel, em 1974, que manteve os militares participando “diretamente das negociações e dos pactos estabelecidos, com o objetivo de uma abertura política, lenta, segura e gradual” (Amorim 2011, p. 125). A democracia nasceu sob arranjos políticos e a população não pôde desfrutar plenamente da vivência democrática, pois os acordos da direção política acabaram por manter a continuidade das elites autoritárias e conservadoras (Arturi 2001).

Dentro deste debate, Carvalho (2002) afirma que a temática referente ao desenvolvimento da cidadania se tornou muito presente no discurso político após a ditadura, gerando muita expectativa de que a democracia traria progresso neste sentido. A construção da democracia e o fortalecimento de uma cultura política democrática no Brasil têm enfrentado dificuldades: primeiramente, os seus partidos políticos não conseguem se estabelecer enquanto mecanismos de mediação entre Estado e sociedade; além

disso, a não estabilização de uma economia que promova parâmetros básicos de redistribuição de riqueza e a onda generalizada de corrupção no âmbito institucional comprometem o desenvolvimento da cidadania e de valores democráticos (Baquero 2001).

O caso uruguaio

A fim de entender-se o funcionamento da democracia no Uruguai, também se faz necessário retomar alguns aspectos de sua história política e social. Primeiramente, é importante ressaltar que esforços para consolidar a institucionalidade democrática no país, foram constituídos por um período de longa duração, que atravessou o século XX. Ao longo deste, o Uruguai veio produzindo uma série de reformas constitucionais e legislativas, que foram fatores para a ampliação da cidadania, o aumento da participação eleitoral, representação de diferentes partidos no governo e maiores garantias ao sufrágio. Segundo Barrán e Nahum (1967) a democracia política uruguaia nasceu de fato com as eleições da Convenção Nacional Constituinte eleita através do voto popular em 1916 a fim de estabelecer uma reforma constitucional. Em 1918 promulgou-se uma nova constituição que consagrou o voto secreto, assim como a representação da minoria também ganhou espaço. Em conjunto com a ampliação da cidadania, foram acontecendo reformas legislativas e constitucionais, concedendo maiores garantias eleitorais à população. Devido à persistência de práticas fraudulentas, em 1923 se formou uma comissão de todos os partidos com representação parlamentar, na qual foram estabelecidos uma série de mecanismos a fim de desarticular mecanismos de fraudes.

Cabe aqui uma referência a um dos períodos não democráticos do Uruguai. À diferença de outros países latino-americanos em que as forças armadas tomaram os governos eleitos constitucionalmente, no Uruguai foi o próprio presidente – Juan María Bordaberry, em 1973, que firmou o decreto de dissolução do Parlamento, finalizando o processo de golpe de Estado e convertendo-se, com o apoio dos militares, em ditador (Broquetas San Martín 2008, p. 191).

Analisando-se o período pós-ditadura, segundo Caetano e Rilla (apud Caetano 2005, p. 19) a transição democrática somente se iniciou de fato com as eleições de 1984 com a eleição de autoridades constitucionalmente eleitas e não no último período da ditadura uruguaia (1980-1985) que estes caracterizam como uma ditadura transicional. Nos governos pós ditadura houve uma nítida melhora na economia do país e na diminuição da pobreza, o que levou nesta época o Uruguai ao posto de país mais igua-

litário da América Latina (Caetano 2005).

Segundo Serna (1998), se fizermos uma análise sobre a democracia no Uruguai, um dos fatores a destacar é o de que na cultura política uruguaia a confiança na resolução eleitoral é uma constante, todos os atores políticos aceitam o ato eleitoral como uma expressão cidadã legítima do jogo democrático (Serna 1998, p. 149). Conforme o mesmo autor, a estabilidade do regime democrático está associada a existência e reprodução de uma tradição democrática pluralista resultado de um conjunto de crenças políticas transmitidas ao longo das gerações.

O caso espanhol

A história política espanhola foi caracterizada por um contexto de descontinuidade dos regimes políticos e suas etapas, o período de 1874 a 1936 foi palco de distintos modelos de Estado: a monarquia constitucional, a ditadura do General Primo de Rivera e a II República (Vinueza Tejero 1996). O século XIX foi marcado por fatores como conspirações políticas, intrigas e corrupção (Vinueza Tejero 1996). Conforme a mesma autora, a não modernização do Estado acabou por acirrar os posicionamentos políticos radicais e resultar na Guerra Civil que durou três anos.

A partir deste contexto, ocorreram sucessivamente os cinco fenômenos definidos por Montero e Torcal (1990) como fundamentais para a formação da sociedade espanhola: 1) a Guerra Civil de 1936 a 1939 – que foi violenta e repleta de episódios traumáticos; 2) a instauração do regime autoritário, com a dura repressão e a promoção de valores antidemocráticos, desmobilizadores e antipartidários; 3) o processo de industrialização iniciado nos anos 1970 e as mudanças estruturais causadas por ele; 4) o enfraquecimento político do franquismo e o início da substituição da ditadura para o regime democrático; e 5) a instauração gradual e pacífica da democracia a partir de 1976.

A democratização espanhola pode ser definida como, essencialmente, pacífica, gradual e consensual, podendo ser descrita como uma transição livre de disputas políticas, rupturas e confrontos (Morán 1995; Gil 2009; Aguilar, Balcells e Cebolla 2011). Contudo, na mesma medida em que estas atitudes garantiram um ambiente tranquilo e moderado para o processo, acabaram por fomentar um caráter permissivo do novo regime para com os crimes levados a cabo durante a ditadura (Aguilar, Balcells e Cebolla 2011; Stucki e Abiada 2004). Este processo teve como principal marco a “Ley de Amnistia” 46/1977, que reparou aqueles que haviam sido privados de sua liberdade injustamente durante a ditadura, mas também institucionalizou a impuni-

dade dos crimes cometidos pelo antigo regime. A partir da década de 1990, houve um aumento significativo de associações que buscam reivindicar a revisão do passado, resultando em ações como a concessão de pensões a filhos de vítimas, a retirada de símbolos da ditadura de locais públicos, a condenação histórica do regime de Franco em 2002 e a Ley de Memoria Historica en España 52/2007 (Gálvez Biesca 2006).

O caso finlandês

A formação da estrutura política e social da Finlândia passa, fundamentalmente, pela sua independência do Império Russo em 1917 e é fortemente marcada por seu caráter autônomo em relação ao mercado internacional, seu posicionamento de neutralidade durante a Guerra Fria, seu perfil de desenvolvimento econômico associado ao seu caráter isolacionista e de alta capacidade de adaptação e seu longo histórico democrático e de valorização da igualdade e da liberdade dos seus cidadãos (Oliveira 2011).

Atualmente a sociedade finlandesa vive um contexto de progresso material conjugado com uma vida cultural, esportiva e educacional de qualidade, associada ao progresso inovador nas áreas da ciência e tecnologia (Oliveira 2011). Fortalecendo seu caráter altamente democrático, a Finlândia foi o primeiro país europeu a introduzir o sufrágio universal nas eleições parlamentares em 1906, e em 1967 todos os cidadãos com mais de 18 anos tinham direito ao voto.

Ao analisar a trajetória econômica e industrial do país, pode-se dividir o seu desenvolvimento em duas etapas principais – pré e pós crise da década de 1990. A depressão econômica sofrida pela Finlândia durante os anos de 1990 foi causada pelo declínio do seu comércio externo, pelo aumento da competitividade industrial internacional e pela desregulamentação rápida dos mercados financeiros e das importações de capitais.

Assim como o sistema econômico, a estabilidade do sistema constitucional finlandês perdurou até 1990. Neste ano, o Parlamento pediu ao governo para prosseguir com a preparação da reforma constitucional, com o objetivo de equilibrar os poderes do

presidente da república, do Conselho do Estado e do Parlamento, fortalecendo a autoridade deste último em relação ao presidente da república (Madariaga 2001).

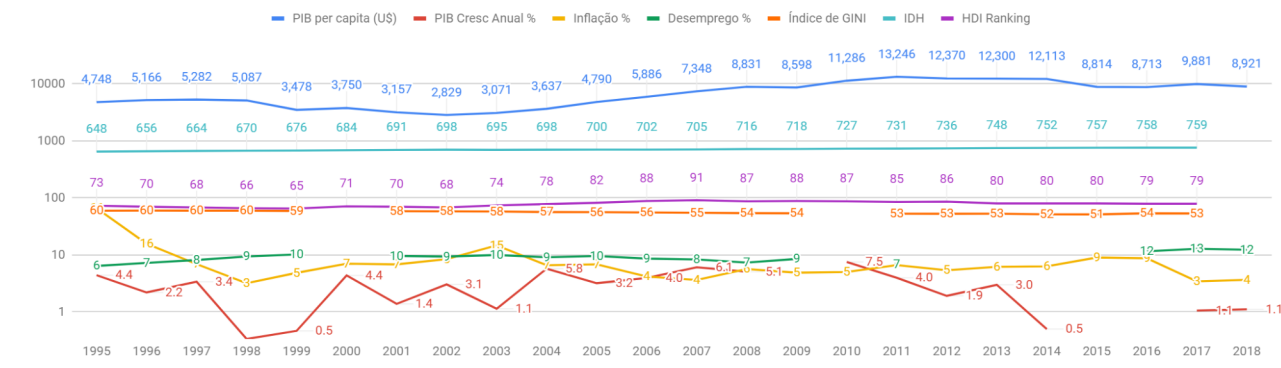
No que diz respeito à estrutura de suas tradições e de sua cultura, Oinas (2005) argumenta que a Finlândia tem uma população pequena – cerca de 5 milhões – com redes sociais relativamente estreitas e ligações inter-setoriais facilitadas pelo padrão de igualdade dos mais variados estratos da sociedade. A sociedade não só é pequena e coesa, mas também relativamente jovem (Heath e Winther 1996). Relacionando as abordagens referentes aos percalços superados pela Finlândia às transformações realizadas e à estrutura cultural coesa e cooperativa do país, Newton (2001; 2006) sugere que a confiança e a satisfação com o regime podem ter apresentado reflexos da crise econômica experimentada na última década do século XX, mas que o apoio ao regime não só se manteve estável como contribuiu para que houvesse uma rápida recuperação dos demais índices de percepção.

Análise dos dados

Nesta seção serão analisados conjuntamente os dados culturais do Latino e Eurobarômetro de satisfação com a democracia e confiança nas instituições democráticas – governo, partidos, Congresso/Parlamento e Judiciário – os dados do Banco Mundial no que diz respeito às variáveis econômicas de desemprego, inflação, PIB per capita, PIB crescimento anual, Índice de GINI – que mede em uma escala de 0 a 100 a desigualdade – e os dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) sobre o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) – que classifica o nível de desenvolvimento humano em uma escala de 0 a 1, a partir de sua expectativa de vida ao nascer, educação e PIB per capita – no período de 1995 a 2018. A partir desta avaliação, torna-se possível verificar se a variação e/ou a estabilização se apresentam da mesma maneira nos dois campos.

Brasil

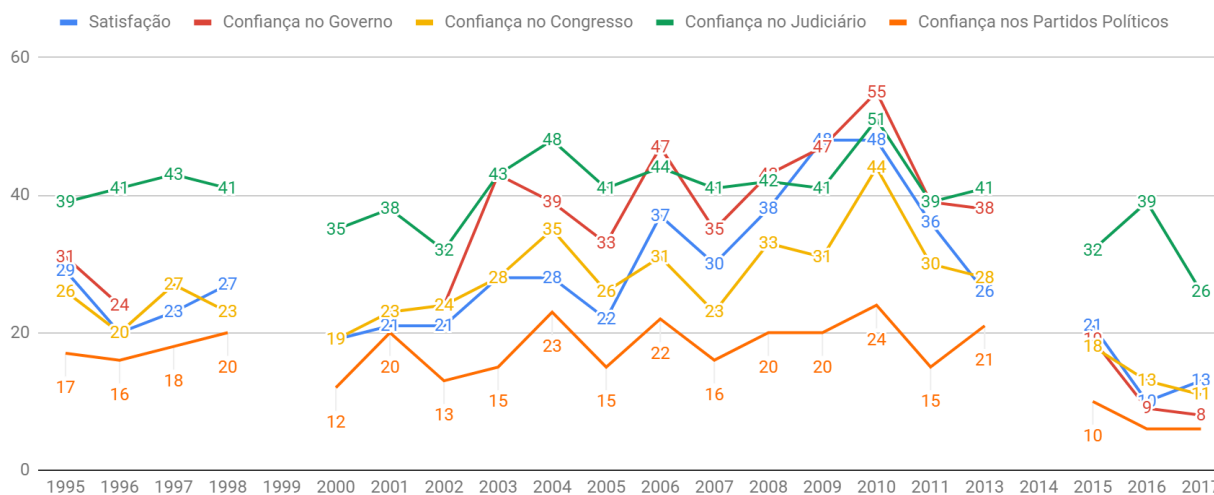
Gráfico 1: PIB per capita (US\$), PIB crescimento anual, desemprego, inflação (%), GINI, IDH, IDH Ranking – Brasil



Dados: PNUD 2021; Banco Mundial 2021

Gráfico: elaboração própria

Gráfico 2: Satisfação com a Democracia e Confiança: no Governo, no Congresso, no Judiciário e nos Partidos (%*) – Brasil



*% Satisfeitos ou Muito Satisfeitos; % de muita ou alguma confiança.

n = 1.200, 1.080, 1.001, 1.000, 1.000, 1.000, 1.200, 1.204, 1.204, 1.204, 1.204, 1.204, 1.204, 1.204, 1.204, 1.204, 1.204, 1.204, 1.204;

Dados: Corporación Latinobarómetro 2021

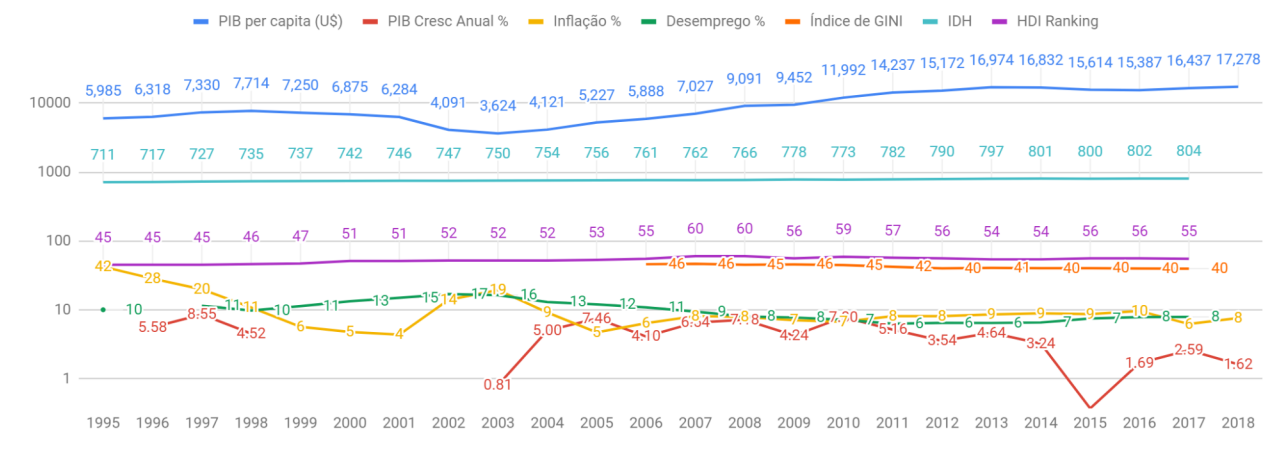
Gráfico: elaboração própria

De um modo geral, pode-se observar um movimento relativamente similar dos dados econômicos e dos dados culturais, em especial em relação ao comportamento do PIB per capita e do desemprego com os indicadores de percepção em relação ao regime. Os períodos de baixa ou estagnação dos valores de PIB per capita – de 2000 a 2004 – coincidem com boa parte dos piores índices de satisfação e confiança da sociedade em relação à democracia e suas instituições, bem como o período de crescimento – a partir de 2005, fundamentalmente em 2010 e 2011 – podem ser apontados como momen-

tos de maior otimismo e aumento da satisfação e da confiança dos cidadãos. Além disso, o desemprego é a variável econômica que apresenta resultados mais significativamente negativos nos últimos anos e este comportamento coincide com uma queda vertiginosa dos índices de satisfação e confiança. Sendo assim, analisando estes primeiros dados, nota-se que, de fato, o Brasil obteve seus piores e melhores resultados de avaliação da democracia em correspondência com a conjuntura econômica pela qual o país atravessava (gráficos 1 e 2).

Uruguai

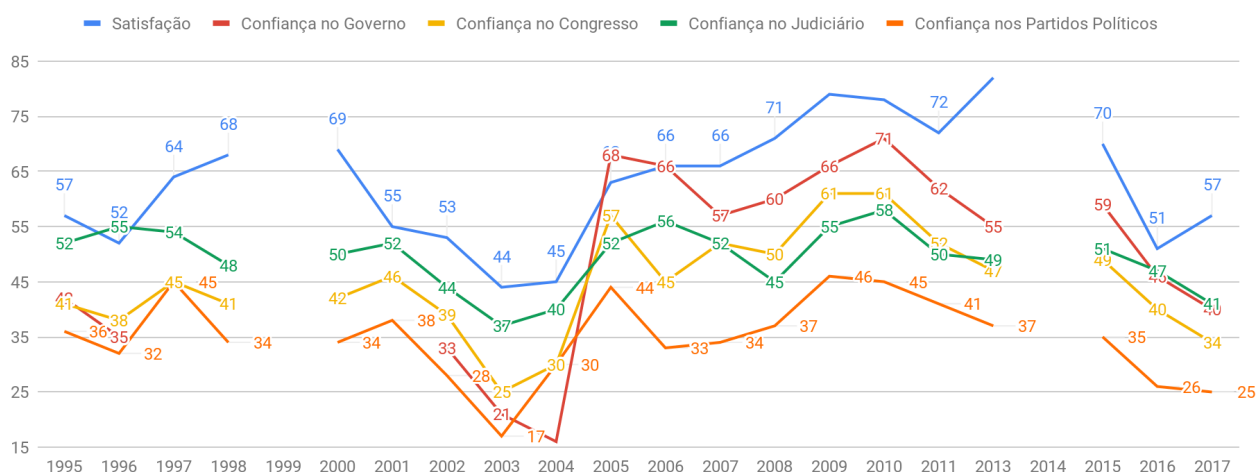
Gráfico 3: PIB per capita (US\$), PIB crescimento anual, desemprego, inflação (%), GINI, IDH, IDH Ranking – Uruguai



Dados: PNUD 2021; Banco Mundial 2021

Gráfico: elaboração própria

Gráfico 4: Satisfação com a Democracia e Confiança: no Governo, no Congresso, no Judiciário e nos Partidos (%*) – Uruguai



*% Satisfeitos ou Muito Satisfeitos; % de muita ou alguma confiança.

n = 1.262, 1.200, 1.189, 1.199, 1.200, 1.200, 1.200, 1.200, 1.200, 1.200, 1.200, 1.200, 1.200, 1.200, 1.200, 1.200, 1.200, 1.200, 1.200, 1.200.

Dados: Corporación Latinobarómetro 2021

Gráfico: elaboração própria

Em geral, o número de pessoas que dizem ter alguma ou muita confiança nos partidos políticos uruguaios se mantém entre 30% e 40% do total, ultrapassando esta faixa entre os anos de 2009 e 2011 – coincidindo com o período de maior crescimento do PIB per capita do país. É conveniente salientar que o Uruguai obteve em 2003 um resultado discrepante em relação à sua própria média, com um nível de confiança nos partidos políticos de apenas 17%; outro fato importante a destacar é o de que em nenhum dos anos analisados é alcançado o nível de confiança de 50% (gráfico 4).

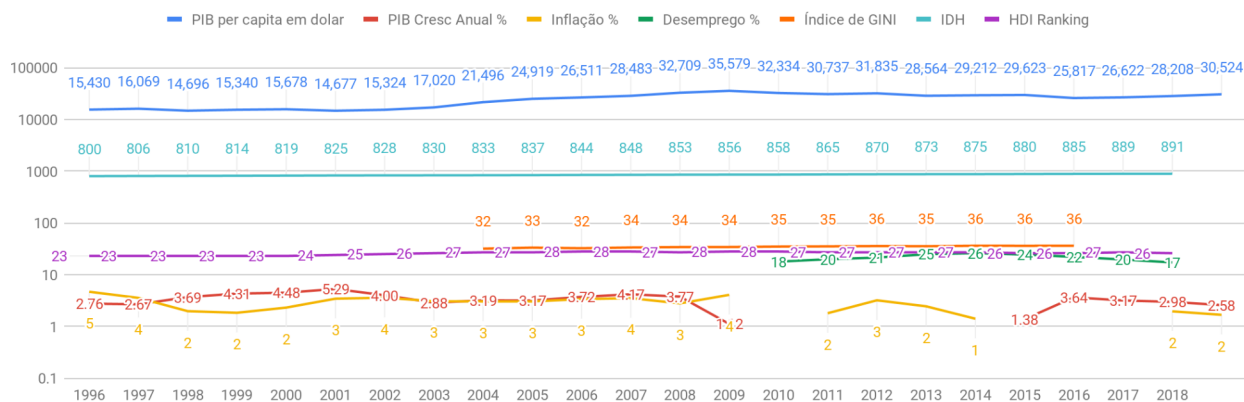
É possível notar observando o gráfico 4, que a confiança geral dos indivíduos no governo é maior do que a confiança dos mesmos nos partidos. Entre 2002 e 2004 houve uma queda na confiança dos cidadãos no governo, chegando a apenas 16% no último ano – mesmo período em que há diminuição do PIB per capita e PIB anual. Em contrapartida, a partir de 2005, em todos os anos mais da metade das pessoas afirmaram ter alguma ou muita

confiança no governo. Os resultados referentes à confiança no Congresso e no judiciário seguem o mesmo padrão observado nas outras variáveis, sofrendo uma redução expressiva nos anos de 2002 a 2004, e um crescimento significativo entre os anos de 2005 a 2010, ficando acima dos 50% ao longo de quase todo este período (gráfico 4).

Deste modo, pode-se concluir que as variações dos resultados culturais mais expressivas acompanham as oscilações dos dados econômicos, visto que os períodos de queda nos índices econômicos (2002 a 2004) também representaram momentos de redução na confiança institucional e na satisfação com a democracia uruguaia (gráficos 3 e 4). Dora-vante, ao comparar as avaliações sobre a democracia no Brasil e no Uruguai e seus Índices de Desenvolvimento Humano, percebe-se que o país com IDH mais elevado, também possui percepções mais favoráveis ao regime democrático (gráficos 1, 2, 3 e 4).

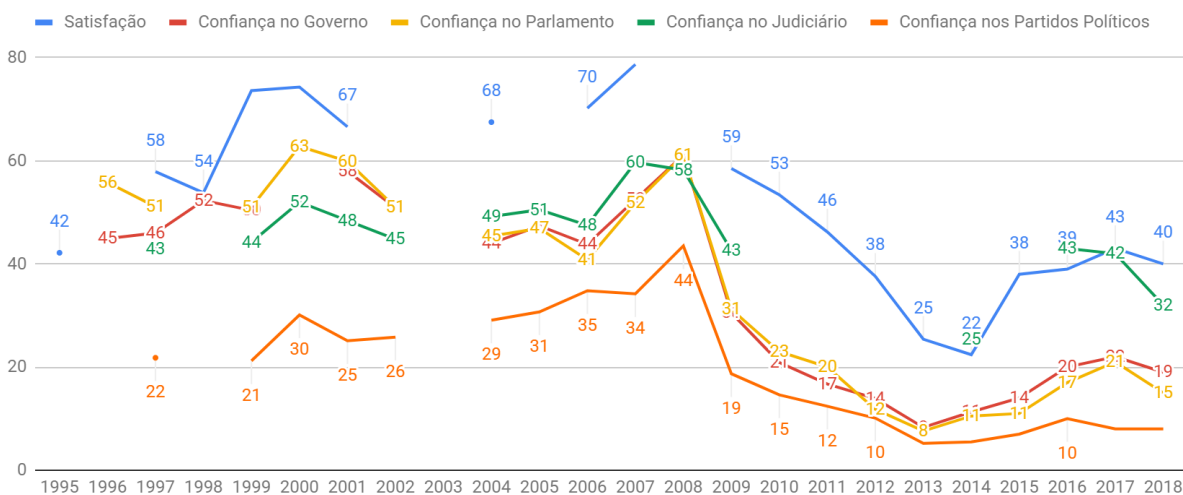
Espanha

Gráfico 5: PIB per capita (US\$), PIB crescimento anual, desemprego, inflação (%), GINI, IDH, IDH Ranking – Espanha



Dados: PNUD 2021; Banco Mundial 2021
Gráfico: elaboração própria

Gráfico 6: Satisfação com a Democracia e Confiança: no Governo, no Congresso, no Judiciário e nos Partidos (%*) – Espanha



*% Satisfeitos ou Muito Satisfeitos; % de muita ou alguma confiança.

n Satisfação = 963, 946, 939, 968, 976, 958, 966, 1.005, 961, 1.007, 983, 986, 978, 1.009, 1.055, 974, 998, 1005, 996, 1005; n Confiança = 5.255, 896, 937, 920, 940, 920, 940, 911, 1.005, 935, 932, 994, 965, 964, 972, 1.012; 1055, 974, 986, 1022, 1005, 920;

Dados: União Europeia 2021

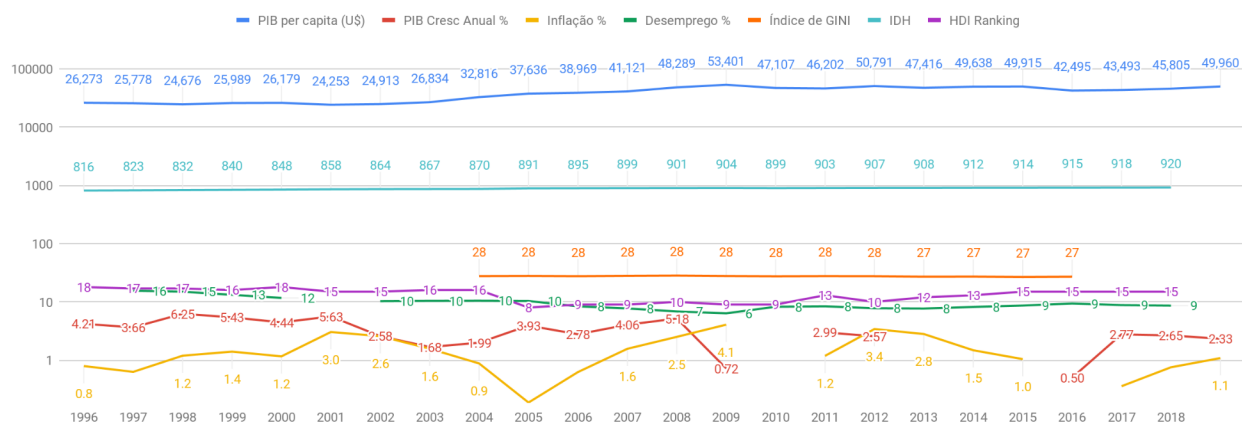
Gráfico: elaboração própria

A Espanha apresentava alto grau de contentamento dos seus cidadãos com o regime, acima de 60%, mas deste período em diante, a porcentagem de satisfeitos começa a decair vertiginosamente, tornando-se menos da metade dos indivíduos em 2012 e chegando a apenas 22% em 2014; neste sentido é importante salientar que é a partir de 2008 que o mesmo país começa a apresentar seus indicadores econômicos mais negativos. Outrossim, a Espanha experimenta uma diminuição muito relevante da confiança em seus partidos, a partir de 2009, chegando a 5% e 6% do total em 2013 e 2014. Novamente, não é alcançado o valor de 50% ou mais de pessoas que confiam nos partidos durante

todo o período estudado. Ao analisar os níveis de confiança no governo e no parlamento, observa-se que, assim como nas duas variáveis analisadas anteriormente, os valores se mantêm estáveis até 2008. Após este ano, os valores começam a decair suntuosamente; neste mesmo ano a confiança nestes instituições que era de 61%, é reduzido no ano seguinte, 2009, quase à sua metade: 31%, e em 2014 o resultado é de quase um terço da confiança que gozava em 2009, 11% (gráfico 5). Assim como as demais variáveis de percepção, a confiança no Judiciário se mostra expressivamente reduzida após 2008, caindo de 60% para 25% em 2014.

Finlândia

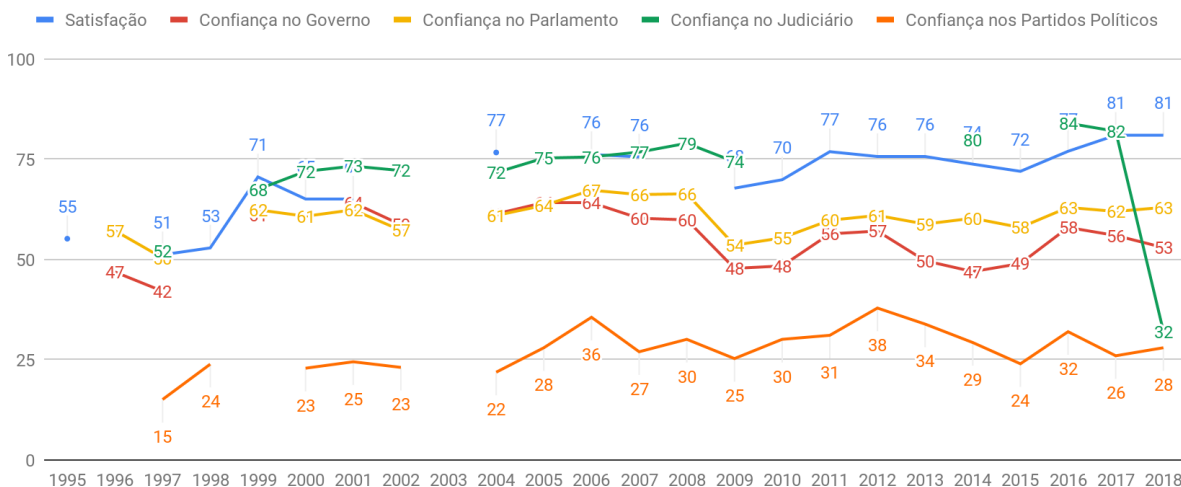
Gráfico 7: PIB per capita (US\$), PIB crescimento anual, desemprego, inflação (%), GINI, IDH, IDH Ranking – Finlândia



Dados: PNUD 2021; Banco Mundial 2021

Gráfico: elaboração própria

Gráfico 8: Satisfação com a Democracia e Confiança: no Governo, no Congresso, no Judiciário e nos Partidos (%*) – Finlândia



*% Satisfeitos ou Muito Satisfeitos; % de muita ou alguma confiança.

n Satisfação com a democracia = 991, 1.003, 1.004, 1.081, 960, 959, 1.021, 1.006, 1.020, 1.015, 981, 997, 994, 993, 1.002, 1005, 978, 996, 960, 1020, 1020; n Confiança = 936, 993, 933, 909, 923, 949, 995, 967, 997, 968, 979, 973, 967, 980, 979, 1.002, 1002, 1002, 998, 1005, 1020;

Dados: União Europeia 2021

Gráfico: elaboração própria

Ao analisar os dados referentes à percepção que os cidadãos têm da democracia, observa-se um alto padrão relativamente generalizado de satisfação e confiança no regime e suas instituições. O país com maior média de satisfeitos ou muito satisfeitos, entre os quatro estudados neste artigo, é a Finlândia; além disso, o país é o único a não apresentar resultados inferiores a 50% em nenhum dos anos examinados (gráfico 8). Os partidos são a instituição democrática sobre a qual os finlandeses se mostram menos confiantes, ainda assim, em média, os finlandeses confiam mais nestas instituições do que os brasileiros e espanhóis, ficando em geral entre 20% e 30% (gráficos 2, 6, 8). Neste ponto é fundamental salientar que em nenhum dos casos é alcançado o valor de 50% ou mais de pessoas que confiam nos partidos, o que é um dado muito impactante no tocante à legitimidade que esta instituição, que é definida como responsável por representar os interesses dos cidadãos na arena política (gráficos 2, 4, 6 e 8) (Baquero 2001). Em média, a instituição que os finlandeses mais confiam é o judiciário, seguido pelo parlamento e, após, pelo governo. A confiança nestas três instituições é alta durante praticamente todo o período analisado. É importante observar

uma expressiva redução da confiança no judiciário. Para inferir a sua causa, seria necessário um novo estudo aprofundado e atualizado sobre esse aspecto. No entanto, indicamos como possível explicação achados de outros pesquisadores acerca das crises econômicas, políticas e sociais sofridas pela Europa e sua associação com a queda de indicadores de confiança nos países do bloco (Algan et al. 2017). Ainda assim, a avaliação que os finlandeses fazem do regime democrático é muito favorável, sendo a mais positiva dentre todos os países estudados. Por fim, é importante ressaltar que, como observado anteriormente, a leve queda nos valores democráticos acompanha a baixa no desenvolvimento econômico do país, visto que o ano de 2009 representou um momento de baixa no PIB per capita e anual do país e também de redução da satisfação com a democracia e da confiança institucional (gráficos 7 e 8).

Conclusão

Analisando os dados comparativamente podemos observar inicialmente que o Brasil é o país com me-

nor PIB per capita de todos os países analisados – máximo de US\$ 13,246 em 2011, seguido pelo Uruguai que inicia o período estudado com valores semelhantes aos de sua dupla latino americana, porém no período mais recente atinge quase o dobro em relação ao caso brasileiro no mesmo ano de 2018 – US\$ 17,278. Pelo lado europeu, a Espanha apresenta um PIB per capita que, em seu valor máximo – US\$ 35,579, é aproximadamente o dobro do uruguaio e o triplo do brasileiro, enquanto isso o menor valor, US\$ 26,273, da Finlândia se aproxima do maior valor espanhol e chega a ser o triplo do caso uruguaio e em torno de cinco vezes o PIB brasileiro (gráficos 1, 3, 5 e 7). Destarte, o IDH do Brasil pode ser considerado de mediano a elevado – acima de 600 e abaixo de 800, enquanto no Uruguai o mesmo índice varia entre elevado e muito elevado – acima de 700 até 804, nos dois casos europeus o Índice de Desenvolvimento Humano pode ser considerado muito elevado durante todo o período – acima de 800, chegando no caso finlandês a 920. A Espanha além de possuir os maiores níveis de desemprego entre os países estudados (entre 17% e 21%), também é o único país com um movimento identificável de aumento da desigualdade medida pelo Índice de GINI, os demais casos demonstraram uma tendência modesta à redução da desigualdade. Seguindo o padrão de comportamento dos resultados econômicos, o Brasil também possui os piores números no que se refere às atitudes democráticas; é o único país a não apresentar ao menos 50% de satisfeitos com o regime e apresenta uma desconfiança em relação às instituições relativamente generalizada – mantendo boa parte destes indicadores ao entorno ou abaixo dos 20% em 2014 durante um período crítico também para a economia. O Uruguai, por sua vez só apresenta taxas menores do que 50% satisfeitos ou muito satisfeitos com a democracia nos dois anos de maior crise econômica para o país, 2003 e 2004; de forma semelhante, seus níveis de confiança se mantêm entre médios e elevados e também recebem algum impacto nos mesmos anos; contudo, ainda assim a queda nestas variáveis não é tão vertiginosa quanto observamos no Brasil e na Espanha. A respeito da Espanha, a quantidade de indivíduos satisfeitos e confiantes se manteve relativamente alta até 2008, a partir deste período, que também ofereceu complicações às variáveis econômicas, a avaliação dos espanhóis sobre o regime democrático alternou intensa e rapidamente para um cenário negativo – de acima de 60% até 2008 para 22% em 2014, se aproximando dos maus valores brasileiros em alguns momentos. Em contraste, na Finlândia a satisfação e a confiança com o regime e suas instituições se mantêm bem

acima dos valores medidos nos demais países estudados, o impacto de períodos de maior estagnação econômica é observado, mas – em semelhança com o Uruguai – de forma muito mais suave do que nos casos brasileiro e espanhol; sua maior semelhança com Brasil, Uruguai e Espanha é o fato de os partidos serem a instituição mais mal avaliada, não chegando a 50% e confiança ou alguma confiança durante os 24 anos estudados.

A avaliação do quadro geral apresentado sugere que há um conjunto de padrões de comportamento que se repetem ao longo do estudo. A Finlândia e o Uruguai, respectivamente, apresentam uma história de maior democraticidade de suas instituições e de estabilidade do regime e também são os países que possuem resultados mais sólidos na análise dos dados, com avaliações mais positivas do regime e com oscilações menos bruscas durante os períodos de decréscimo econômico. A Espanha, à semelhança do Brasil, possui um histórico político composto por períodos de estabilidade seguidos de rupturas bruscas, e em alguma medida isto se reflete nos dados apresentados: o país demonstrou estabilidade econômica e de atitudes democráticas até 2008; a partir deste ano entra em um processo de crise econômica, acompanhado de insatisfação e desconfiança progressivas. Por fim, o Brasil possui um retrospecto político composto por rupturas democráticas e funcionamentos viciosos como clientelismo, patrimonialismo e corrupção; em consonância a isso o país acabou também por apresentar os índices mais baixos de confiança e satisfação ao longo de todo o período. Além disso, o Brasil obteve seus resultados mais positivos sempre no ano de 2010 e mais negativos no ano de 2015, acompanhando fielmente o quadro econômico dos dois momentos destacados.

Referências

- Aguilar, Paloma, Laia Balcells e Héctor Cebolla (2011). “Las actitudes de los españoles ante las medidas de justicia transicional relativas a la Guerra Civil y al franquismo”. Em: *Revista Internacional de Sociología* 69 (1), pp. 59–90.
- Algan, Yann et al. (2017). “The European Trust Crisis and the Rise of Populism”. Em: *Brookings Papers on Economic Activity* (2), pp. 309–400.
- Almond, Gabriel A. e Sidney Verba (1965). *The Civic Culture: Political Attitudes and Democracy in Five Nations*. Boston: Little, Brown and Company.
- Amorim, Maria Salete (2011). “Democracia e cultura política em perspectiva comparada: Brasil e

- Paraguai”. Em: *Cultura (s) política (s) e democracia no século XXI na América Latina*. Ed. por Marcello Baquero. Porto Alegre: Ed. UFRGS, pp. 119–140.
- Arturi, Carlos S. (2001). “O debate teórico sobre mudança de regime político: o caso brasileiro”. Em: *Revista de Sociologia e Política* (17), pp. 11–31.
- Banco Mundial (2021). *World Development Indicators*. <https://databank.worldbank.org/>. Washington, D.C.
- Baquero, Marcello (2001). “Cultura política participativa e desconstrução democrática: reflexões sobre o Brasil contemporâneo”. Em: *São Paulo em Perspectiva* 15 (4), pp. 98–104.
- (2008). “Democracia formal, cultura política informal e capital social no Brasil”. Em: *Opinião Pública* 14 (2), pp. 380–413.
- (2013). *Qual democracia para a América Latina? Capital social e empoderamento são a resposta?* Porto Alegre: Ed. UFRGS.
- Barrán, José Pedro e Benjamín Nahum (1967). *Historia rural del Uruguay moderno: 1851-1885* (2 v.) Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental.
- Broquetas San Martín, Magdalena (2008). “Liberalización económica, dictadura y resistencia: 1965-1985”. Em: *Historia del Uruguay en el siglo XX [1890-2005]*. Ed. por Ana Frega et al. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental.
- Caetano, Gerardo (2005). *20 años de Democracia. Uruguay 1985-2005: miradas múltiples*. Montevideo: Ediciones Santillana.
- Carvalho, José Murilo de (1996). “Cidadania: tipos e percursos”. Em: *Revista Estudos Históricos* 9 (18), pp. 338–359.
- (2002). *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Corporación LatinoBarómetro (2021). *LatinoBarómetro*. <https://www.latinobarometro.org/>. Santiago de Chile.
- Dahl, Robert A. (1997). *Poliarquia: participação e oposição*. São Paulo: Ed. USP.
- Dalton, Russell J. (2007). *Democratic Challenges, Democratic Choices: The Erosion of Political Support in Advanced Industrial Democracies*. Oxford: Oxford University Press.
- Easton, David (1965). *A systems analysis of political life*. New York: Wiley.
- Faoro, Raymundo (2021). *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Gálvez Biesca, Sergio (2006). “El proceso de la recuperación de la ‘memoria histórica’ en España: una aproximación a los movimientos sociales por la memoria”. Em: *International Journal of Iberian Studies* 19 (1), pp. 25–51.
- Gil, Alicia (2009). “España”. Em: *Justicia de Transición: Informes de América Latina, Alemania, Italia y España*. Ed. por Kai Ambos, Ezequiel Malarino e Gisela Elsner. Berlin: Konrad Adenauer Stiftung, pp. 471–501.
- Heath, William Hunter e Pernille Winther (1996). *A Política Social na Finlândia*. Parlamento Europeu Direcção-geral de Estudos. Luxemburgo.
- Holanda, Sérgio Buarque de (2007). *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Huntington, Samuel P. (1994). *A terceira onda: a democratização no final do século XX*. São Paulo: Ática.
- Inglehart, Ronald (2003). “How solid is mass support for democracy - and how can we measure it?” Em: *PS: Political Science and Politics* 36 (1), pp. 51–57.
- Lipset, Seymour Martin (1959). “Some social requisites of democracy: economic development and political legitimacy”. Em: *American Political Science Review* 53 (1), pp. 69–105.
- (1967). *O homem político*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Madariaga, Jasone Astola (2001). “El sistema constitucional finlandés: una introducción”. Em: *Revista de estudios políticos* (114), pp. 235–250.
- Moisés, José Álvaro (1995). *Os brasileiros e a democracia: bases sócio-políticas da legitimidade democrática*. São Paulo: Ática.
- (2010). *Democracia e confiança: por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas?* São Paulo: Ed. USP.
- Montero, José Ramón e Mariano Torcal (1990). “La cultura política de los españoles: pautas de continuidad y cambio”. Em: *Sistema* (99), pp. 39–74.
- Morán, María Luz (1995). “La cultura política y la interpretación de las transiciones a la democracia (notas sobre el caso español)”. Em: *Política y Sociedad* (20), pp. 97–110.
- Morlino, Leonardo (2009). “Legitimacy and the quality of democracy”. Em: *International Social Science Journal* 60 (196), pp. 211–222.
- Newton, Kenneth (2001). “Trust, social capital, civil society, and democracy”. Em: *International Political Science Review* 22 (2), pp. 201–214.
- (2006). “Political support: Social capital, civil society and political and economic performance”. Em: *Political Studies* 54 (4), pp. 846–864.
- O’Donnell, Guillermo (2011). *Democracia, agência e estado. Teoria com intenção comparativa*. São Paulo: Paz e Terra.
- Oinas, Päivi (2005). “Finland: A success story?” Em: *European Planning Studies* 13 (8), pp. 1227–1244.

- Oliveira, Ariane Bayer de (2011). *O desenvolvimento econômico da Finlândia: o papel das inovações tecnológicas e da educação*. TCC UFRGS. Porto Alegre.
- PNUD (2021). *IDH por regiões globais*. New York. <https://data.undp.org/explore-all-data/>.
- Riz, Liliana de (1986). “Política y partidos. Ejercicio de análisis comparado: Argentina, Chile, Brasil y Uruguay”. Em: *Desarrollo Económico* 25 (100), pp. 659–682.
- Schumpeter, Joseph A. (1984). *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Schwartzman, Simon (1988). *Bases do autoritarismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Campus.
- Serna, Miguel (1998). “As mayorías silenciosas na redemocratização no Uruguay”. Em: *A construção da democracia na América Latina*. Ed. por Marcello Baquero, Henrique Castro e Rodrigo Gonzalez. Canoas: La Salle, pp. 141–162.
- Stucki, Andreas e José Manuel López de Abiada (2004). “Culturas de la memoria: transición democrática en España y memoria histórica. Una reflexión historiográfica y político-cultural”. Em: *Iberoamericana* 4 (15), pp. 103–122.
- União Europeia (2021). *Eurobarometer*. <https://europa.eu/eurobarometer/>. Brussels.
- Vinuesa Tejero, María Lourdes (1996). “Opinión pública y cultura política en la España democrática: un estudio empírico de las elecciones de 1993”. Tese de Doutorado. Universidad Complutense de Madrid.